

**ENTREVISTA**

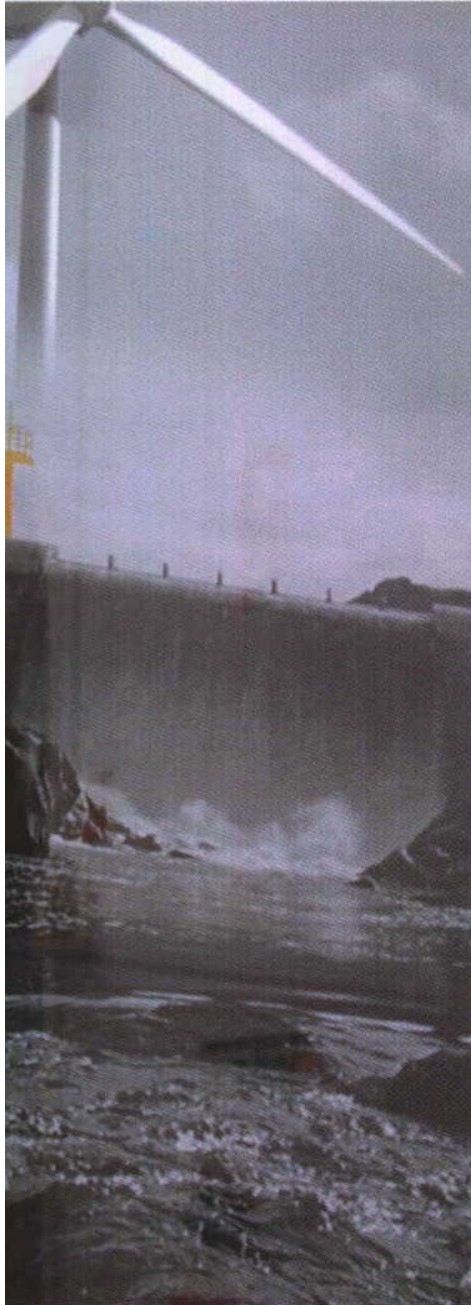
POR | RITA ASCENSO

FOTOGRAFIA | RICARDO GOMES



O investimento nos edifícios "é decisivo"!

A APREN apresentou em Março o Roteiro para o sector das Energias Renováveis, que servirá de base para o nosso Plano de Acção a apresentar em Bruxelas em Junho. Até lá terá que haver uma estratégia clara que apresente as medidas necessárias para atingir os objectivos de Bruxelas, nomeadamente o pacote dos 20-20-20. Do lado do contributo das renováveis, António Sá da Costa, presidente da APREN não tem dúvidas: a intervenção nos edifícios é fundamental para ultrapassarmos as metas estabelecidas.



Uma das conclusões do relatório que sobressai é a de que dificilmente cumprimos a meta de 1% de poupança anual de energia até 2016 senão forem feitos investimentos sérios na eficiência energética...

No que diz respeito à energia global, não chegamos lá, mas na parte da electricidade sim. Está tudo integrado e temos que pensar a energia como um todo. Estamos a assistir a uma mudança na sociedade. Temos vindo a notar que é inevitável darmos um passo importante nesta década no sentido ter uma sociedade mais eléctrica. E os transportes foram o passo final, que finalmente estão integrados neste mix energético. É esta integração que temos de entender como uma realidade inevitável. Se tivermos por exemplo as AQS (Águas Quentes Solares) aquecidas pelo gás ou pela electricidade e depois passarmos a ter o sol ou a biomassa como fontes principais, estamos a mexer nestas duas áreas. 60% da energia consumida nos edifícios é desperdício e este desperdício refere-se ao aquecimento, arrefecimento e à parte eléctrica.

A APREN chegou a metas mais ambiciosas do que o Governo...

Exactamente. Olhámos para a Europa antes da crise e verificámos que as economias europeias tinham um crescimento eléctrico na casa dos 2% ao ano. Usámos os valores de 2009 (houve um decréscimo de 2008 para 2009 de 1,4%) referentes ao consumo de electricidade global do país e considerámos que não iríamos recuperar esse valor. Com base num racional muito simplista, entendemos que em 2010 vamos aumentar o consumo em 0.5%. Depois considerámos uma subida de 1% no ano seguinte, de 1,5% em 2012, e de 2013 a 2020 mantivemos os 2% ao ano. Do nosso lado e em relação aos valores do consumo a que chegámos, somámos o aumento do consumo com a electrificação dos transportes: o Metro do Porto, o Metro de Coimbra, o TGV e o veículo eléctrico. A estes valores subtraímos os efeitos das medidas que estão preconizadas nos Planos de Eficiência Energética e de Alterações Climáticas. Há aqui medidas específicas que resultam na diminuição dos consumos e que andam na ordem dos 10%. Isto resulta na diminuição dos

consumos da electricidade, apesar de haver um aumento da electrificação, e isso é conseguido muito à custa da forma como esta temática dos edifícios se irá passar dentro dos próximos anos, tanto ao nível da electricidade, dos equipamentos, dos isolamentos...

Nessa contabilidade os edifícios têm um papel fulcral?

Têm um papel fundamental porque é onde podemos ter uma maior intervenção. Ainda em relação às contas, as questões da electricidade estão mais ou menos bem definidas e tratadas e não deverá haver muita variação em relação ao que está previsto...

Essa contabilidade apresentada no roteiro foi feita com base no cumprimento das medidas do Governo, mas até à data ainda a grande maioria dessas medidas do PNAEE (Plano Nacional para a Eficiência Energética) não estão aplicadas...

De facto muitas ainda não estão. Mas forçosamente temos que caminhar para lá. A única questão que se pode colocar é a do calendário, no sentido de antecipar-se ou atrasar-se um ou dois anos o que está previsto. Mas temos margem de manobra para que não haja grandes alterações. Agora, onde há muito mais margem de manobra e onde é muito mais importante a actuação é no sector da comprovação da utilização racional de energia nos edifícios, nomeadamente no sector do arrefecimento e aquecimento. Aqui há muita coisa a fazer a vários níveis onde destaco a alteração comportamental das pessoas e utilizadores. Mas antes da alteração comportamental dos utilizadores, deve vir a alteração comportamental dos fornecedores. Refiro-me aos arquitectos, construtores, instaladores... os vários agentes do mercado. Se formos mais a montante teremos os sinais que serão dados exteriormente para que os consumidores reajam e isso pode acontecer de 2 formas: de uma forma que é controlada e outra que não é controlada. Em relação à primeira, o Governo com as suas políticas deve seguir um rumo e apoiar estratégias de uma activa. Estas são formas controladas e temos necessariamente que seguir esta linha porque não há nada pior num sector, qualquer

ENTREVISTA



que seja, do que os incentivos e medidas serem interrompidas. Repare que aqui os investimentos são feitos para 20 ou mais anos em casa das pessoas, por exemplo. No caso dos sistemas de climatização, águas quentes sanitárias, etc, estes investimentos são feitos a longo prazo na perspectiva das famílias.

Refere-se à política energética dos solavancos?

Tem que haver continuidade nos rumos das políticas energéticas e esta é a parte que é controlada. Em contrapartida, a parte que não é controlada depende dos custos das energias fósseis, nomeadamente do carvão e petróleo. Não nos podemos esquecer que, há 100 anos, com a energia contida num barril de petróleo conseguíamos extrair 100 barris

e actualmente apenas conseguimos extrair 3. E por isso é na poupança que devemos centrar os nossos esforços. Mas a questão está em saber se a poupança vai ser de 10 ou de 1.

Do lado do que é controlável pelo Governo, nomeadamente pela implementação de medidas que gerem essa poupança e que são imprescindíveis para alcançarmos essas metas, que balanço faz?

Estas medidas vêm também de trás e não são apenas deste Governo que tem o ónus do seu não cumprimento. Há sinais exteriores que mostram que alguma coisa se está a passar. Na imprensa, as renováveis e a eficiência energética estão na ordem do dia e isso já é um sinal exterior de que as pessoas

já estão preocupadas. Agora, da preocupação à acção é um passo importante e eu julgo que a conjuntura actual não é favorável porque qualquer intervenção neste sector carece de um investimento significativo. O passo seguinte será o das pessoas começarem a fazer contas e começarem a encarar a poupança dos consumos a médio prazo mesmo que isso implique um investimento em equipamentos ligeiramente superior.

Acresce que estamos a pagar a electricidade mais barata do que ela é na realidade e portanto a necessidade dessas contas ainda não é vital para as famílias...

Pois, essa é uma realidade mas repare no contrário. Estamos a pagar um custo mais aproximado do real na gasolina e no gasóleo e as pessoas começam a deixar os carros em casa e a diminuir a velocidade média nas estradas. Há reacções de poupança reais nessa área. Do lado da electricidade isso terá que começar a acontecer e as pessoas terão que começar a olhar para o médio e longo prazo. Isso já começa a ser bastante visível na satisfação das pessoas quando fazem investimentos em sistemas de água quente solar e onde as poupanças são reais. Mas é preciso dar um empurrão para que estas coisas entrem completamente na sociedade. Esse empurrão compete ao Estado dar e deve ser encarado como um investimento também para o país em termos de poupança a médio prazo. Por outro lado fomenta a indústria e o dinheiro dos incentivos fica dentro do próprio país e gera mais valias óbvias. Ao passo que o dinheiro que é investido a comprar carvão ou gás natural sai do nosso circuito económico e não gera riqueza em Portugal.

Voltando à minha pergunta anterior, existe uma linha estratégia ou medidas avulsas no sentido reactivo do que nos vai sendo imposto por Bruxelas? O ministro anterior esteve 4 anos e definiu uma política e estratégia. O actual gabinete está há menos de 6 meses,

pelo que o plano apresentado (Estratégia Nacional para a Energia 2020) é uma ideia que não está devidamente quantificado e que é cedo para julgar. Na anterior legislatura definiram-se uma série de medidas que foram aprovadas e aplaudidas por nós mas que depois não foram concretizadas.

Quais?

Por exemplo o plano de substituição das janelas, os benefícios fiscais associados à poupança nos consumos das habitações, entre outras... nada disto viu a luz do dia!

Mas ainda poderão vir a ser aplicadas.

Eu espero bem que sim porque são medidas com sentido. Em contrapartida houve outras medidas que foram implementadas, embora não tão bem como seria desejável, e que precisam de ser revistas, como é caso da microprodução de electricidade via fotovoltaico.

A microgeração.

Exactamente. Foi uma medida positiva não pela quantidade de electricidade que daí resulta, mas sim por potenciar uma nova atitude perante a produção descentralizada, levando as pessoas a pensar na electricidade doutra forma.

Que ainda é residual...

Ainda é residual mas é uma alteração de conceito importante. A microprodução descentralizada não funcionou bem por existirem apenas meia dúzia de horas por mês para se poderem fazer os registos. Foi muito mau e não funcionou. Mas os sinais estão aí, os painéis fotovoltaicos estão a baixar de preço e se calhar tem que se rever, não o conceito, mas os procedimentos e as tarifas que vão ser pagas. Tem que haver um ajustamento e não podem haver barreiras e números que restrinjam a adaptação e evolução da tecnologia. Só para ter uma ideia, um projecto de produção de electricidade a partir de fontes renováveis precisa de obedecer a mais de 300 diplomas

Agora, onde há muito mais margem de manobra e onde é muito mais importante a actuação é no sector da comprovação da utilização racional de energia nos edificios, nomeadamente no sector do arrefecimento e aquecimento. Aqui há muita coisa a fazer a vários níveis onde destaco a alteração comportamental das pessoas e utilizadores. Mas antes da alteração comportamental dos utilizadores, deve vir a alteração comportamental dos fornecedores. Refiro-me aos arquitectos, construtores, instaladores...



legais. Um disparate! A licença eléctrica é estabelecida ainda com base num Decreto de Lei de 1936 e há números nos DL completamente desajustados, portanto aquilo que pretendemos é uma legislação actualizada e simplificada e remeter para portarias ou regulamentos todos os aspectos técnicos porque a tecnologia evolui. Evolui a tecnologia na produção da electricidade, evolui a tecnologia no aquecimento e arrefecimento dos edifícios e nos transportes. Portanto nós temos que ter flexibilidade na legislação, e não rigidez, se queremos que as coisas aconteçam e avancem. Infelizmente temos muitos organismos que se agarram à rigidez do que está escrito na Lei para impor determinadas dificuldades desnecessárias.

Voltando a este recente Plano Novas Energias para 2020, o que falta?

O que foi apresentado foram linhas gerais e falta concretizar. As intenções estão lá mas falta apontar o caminho para as concretizar. Este trabalho que está a ser feito, o roteiro, o REPAP foi um primeiro passo, para ser apresentado em Junho em Bruxelas das medidas e trajectória a seguir.

Este roteiro é um documento preparatório que servirá de guia para o plano de acção final?

O REPAP é um documento que a sociedade pediu. Repare que a APREN reúne os produtores de electricidade por via de fontes renováveis. E esse documento foi feito com as 3 vertentes da energia: a



electricidade, o aquecimento e arrefecimento e os transportes. Trata-se de uma proposta da sociedade civil que, por estar no campo, tem condições para conhecer e apontar metas e medidas concretas com base numa visão global. Temos que ter a noção que a partir de determinado patamar, as fontes competem umas com as outras. Por exemplo os nossos objectivos no caso da eólica são mais baixos do que os do Governo porque achamos que não há disponibilidade de sítios e existem algumas dificuldades técnicas acrescidas, mas sobretudo porque achamos que nenhuma fonte deverá ser responsável por mais de 1/3 da electricidade global que é consumida. Teoricamente poderíamos ter o país a ser abastecido apenas pelas eólicas em determinadas horas de vazio, mas tecnicamente é inviável por vários motivos, o que inviabiliza um crescimento nesta área. Por outro lado, estamos a aproveitar mal o sol! Não apenas para a água quente solar mas para a produção de electricidade e aqui há muita margem de manobra. Outra limitação que temos tem a ver com a produção de electricidade usando biomassa, que não é infinita, está limitada. Ao contrário do vento e do sol, há limitações de espaço muito maiores porque não podemos transformar o Alentejo em floresta etc.

Neste Roteiro é dada uma grande importância ao aquecimento e arrefecimento no mix energético. Já falámos da importância e do potencial de poupança nesta área que ainda devemos explorar mas, na prática, o que podemos conseguir até 2020?

Temos razões para ser ambiciosos. Temos uma meta para cumprir em 31% de incorporação das fontes de energia renovável no consumo total de energia final, nomeadamente na electricidade, aquecimento e arrefecimento e transportes. Conseguindo ter uma maior componente no lado dos edifícios e se os edifícios ajudarem a chegar, ou a ultrapassar as metas, ganha-se em 2 frentes. Poupa-se energia e a introduz-se as ER nos edifícios. Por outro lado



pode-se dispor de excessos de electricidade renovável para cumprir as metas, que pode ser exportado. Na Europa há falta de "electricidade verde". Se uma das formas de recuperar o país passa pela exportação, temos aqui um filão a explorar. O papel dos edifícios é fundamental neste balanço. Há, no entanto, outras restrições que surgem. Em 2013 podemos ter mais de 3.000 MW de interligação com Espanha, que é suficiente, mas as ligações de Espanha com França nesta altura rondam os 1.300 MW, o que é curto. Não se trata de apenas exportar para Espanha mas também de continuar pela Europa. Portanto, é fundamental que se aposte numa ligação forte entre Espanha e França, e esta ligação vai demorar algum tempo a fazer, mas também só nos interessa a partir de 2015, porque só nessa altura é que teremos capacidade para a usar.

Temos 5 a 6 anos para crescer e é o tempo em que a parte dos edifícios poderá levar a desenvolver.

Podemos concluir que os edifícios são o ponto estratégico para esse balanço e crescimento se dar?

Exactamente e não temos dúvidas sobre isso!

As redes descentralizadas de fornecimento de energia, tais como as redes de frio e calor (district heating) apontadas como obrigatórias na nova Directiva das Renováveis, podem ser uma solução a curto prazo?

Irá passar também por aí mas é difícil de concretizar em zonas que não sejam novas. Mas podemos ir mais longe e perguntar por exemplo: porque é que o sistema de cogeração que abastece a zona da Expo utiliza gás natural e não



fontes renováveis? Porque não passamos a utilizar o aquecimento solar na indústria?

De qualquer forma temos uma Directiva para as renováveis que já é muito específica na dinamização de todas essas medidas e que por arasto vamos ter que as cumprir. Mas para já, que medidas é que via como absolutamente necessárias para que não se perca mais tempo?

No aspecto do aquecimento e arrefecimento é fundamental manter uma linha de rumo e não ir aos "s's". Deve ser continuado o apoio ao aquecimento solar, nomeadamente a Medida Solar Térmico ao nível doméstico. Em 2008 instalámos 80.000 m² e em 2009 triplicámos esse valor. Agora não gostava de ver em 2010 apenas 100.000m² instalados. No nosso Plano apontámos para a possibilidade da instalação de 150.000 a 200.000 m² por ano, numa velocidade de cruzeiro, e esse objectivo é fundamental. Mas também deviam ser preconizadas me-

didias que fomentassem o aquecimento solar na indústria. Aquilo que foi feito da Caixa Geral de Depósitos, a instalação de uma central de solar térmico local, devia ser replicado para outros edifícios. O exemplo vem de cima e o Estado deve estar atento a isso. A preocupação da recuperação energética dos edifícios deve começar dentro dos edifícios do próprio Estado.

Mas essa medida está a andar, embora muito lentamente...

Vem de trás mas a sua implementação é muito curta. Acho ainda fundamental o investimento em campanhas de formação e sensibilização das pessoas para estas questões. E essa formação deve começar nas escolas.

Voltando ao roteiro da APREN e ao Plano de Acção que terá de ser apresentado, a estratégia e as medidas têm que aparecer até lá...

É fundamental que exista essa estratégia e vai ter que aparecer!

Só para ter uma ideia, um projecto de produção de electricidade a partir de fontes renováveis precisa de obedecer a mais de 300 diplomas legais. Um disparate! A licença eléctrica é estabelecida ainda com base num Decreto de Lei de 1936 e há números nos DL completamente desajustados, portanto aquilo que pretendemos é uma legislação actualizada e simplificada e remeter para portarias ou regulamentos todos os aspectos técnicos porque a tecnologia evolui.



70 Entrevista

A APREN fechou em Março o nosso Plano de Acção a apresentar em Bruxelas em Junho. Até lá terá que haver uma estratégia clara que apresente as medidas necessárias para atingir os objectivos de Bruxelas, nomeadamente o pacote dos 20-20-20. António Sá da Costa, presidente da APREN não tem dúvidas: a intervenção nos edifícios é fundamental para ultrapassarmos as metas estabelecidas.

